



Câmara Municipal de Salvador presta homenagem à categoria dos vigilantes

A iniciativa foi da vereadora Marta Rodrigues, que dirigiu os trabalhos



Categoria foi homenageada por dirigentes sindicais, vereadores e deputados

Através de uma ação de autoria da vereadora Marta Rodrigues (PT), foi realizada nesta quarta-feira (21) uma sessão especial alusiva ao Dia Nacional do Vigilante. A data foi celebrada ontem (20), conforme determina a Lei Federal nº 7.102/83. A parlamentar é autora do Projeto de Lei nº 177/09, que institui o Dia Municipal do Vigilante, também comemorada na mesma

data.

Neste ano, Marta Rodrigues apresentou o Projeto de Lei nº 98/17, que garante uma maior participação de mulheres desempenhando a função de vigilantes. A proposição que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ) determina que as agências bancárias devem ter em seus quadros de pessoal, no

mínimo, uma vigilante feminina.

A vereadora afirmou que estima muito a categoria. “É uma classe aguerrida e que não tem medo de enfrentar os desafios para defender a cidadania, dignidade e o respeito devido aos vigilantes”, frisou.

O evento foi prestigiado pelo vereador Hélio Ferreira (PCdoB). “É um dia histórico e deve ser sempre lembrado. Afinal, é uma categoria importante para a sociedade, pois é responsável pela segurança dos patrimônios público e privado. São trabalhadores vitoriosos e estão de parabéns pela sua união”, afirmou Hélio.

Já o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes (CNTV), José Boaventura, explicou a formação necessária para a função. “O preparo de um vigilante segue um currículo dado pela Polícia Federal. Além disso, a cada dois anos é necessário que o profissional passe por um curso de reciclagem”.

O vigilante Arthur Araújo, 62 anos, pontuou que “nesse ambiente de criminalidade, temos que lutar por condições de segurança. Acho muito positivo o reconhecimento de Marta

Rodrigues à importância da nossa categoria”.

Também marcaram presença na sessão especial o deputado federal Nelson Pelegriano (PT), Nádia Souza, representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e Antônio Cláudio Silva, secretário Geral do Sindicato dos Vigilantes do Estado da Bahia (Sindvigilantes).

Café da Manhã

Antes da homenagem na Câmara, os vigilantes participaram de um café da manhã na sede do Sindvigilantes/BA. Com a presença da deputada estadual Maria Del Carmem, trabalhadores foram parabenizados pelo Dia Nacional do Vigilante e receberam o reconhecimento da diretoria da entidade.

Fonte: Câmara Municipal de Salvador e CNTV



Sindicatos cobram respostas da ECT por insalubridade e insegurança nas unidades do DF



Diretores do Sintect e do Sindesv-DF denunciam falta de segurança causada por demissões de vigilantes

Nessa quinta-feira (22), representantes do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios e Telégrafos (Sintect-DF) e do Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF) se reuniram com a DR/BSB para debater assuntos urgentes para a categoria, como a situação da retirada de vigilantes de cinco agências no Distrito Federal e seis no entorno, além de problemas pontuais em algumas unidades. Foi entregue um laudo sobre a segurança da Ac – Taguatinga Centro, realizado pela GSP Assessoria e Consultoria Serviços Especializados – contratada pelo os dois sindicatos -, comprovando a vulnerabilidade na região.

A diretoria regional de Brasília responsável pela segurança, de prontidão, se eximiu do atual problema. Segundo os representantes da empresa, a decisão foi tomada a nível nacional e eles não possuem autonomia para resolver a questão. Portanto, o sindicato vai encaminhar o laudo ao departamento responsável e cobrar uma solução.

Nas unidades

Os representantes do SINTECT/DF questionaram

a falta de água para beber, o tipo de filtro instalados na unidades, que não atendem à demanda dos trabalhadores, e também sobre a insalubridade das caixas d'água, sem a manutenção adequada. De acordo com a empresa, os espaços alugados têm processo contínuo de limpeza, já as unidades próprias serão limpas conforme solicitação dos gestores. Quanto à distribuição de água pelo portal de serviços, alegam que haverá revisão do processo.

Outros pontos também foram levantados pelo sindicato, como a falta de materiais nas agências. Também foi questionada a mudança da Ac – Lago Norte, já que o espaço físico é pequeno para as atividades da agência, o que tem gerado reclamação dos usuários. O novo imóvel está em negociação com o proprietário.

DDA

Foi solicitada a reavaliação do DDA implementado na Ac – Cristalina e no CDD Luziânia, com a participação do Sintect/DF. Ficou acertado que após o encerramento da campanha salarial, uma data será definida para iniciar o processo.

Ainda foram debatidos temas como SD, falta de efetivo, condições de trabalho, entre outros, registrados em ata. Contudo, o sindicato informa que qualquer problema deve ser comunicado, para que as medidas sejam tomadas prontamente.

Fonte: Sintect-DF

Polícias em alerta contra ameaça de ataques a bancos na fronteira



No início do mês, um carro-forte foi explodido e o dinheiro roubado (Whatsapp/Correio do Estado)

Forças policiais de Mato Grosso Sul foram colocadas em alerta para uma suposta ameaça da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), que teria prometido atacar agências bancárias em Ponta Porã, fronteira com o Paraguai, e mesmo na cidade próxima, Dourados. A mensagem foi compartilhada por meio de redes sociais, como boato; no entanto, mobiliza setores de inteligência para avaliar a veracidade da denúncia.

O comunicado, supostamente emitido de maneira informal por autoridades do Paraguai, avisa sobre intenção de roubos a agências do Banco do Brasil, como forma de retaliação à morte de uma das lideranças na fronteira e a operações policiais. Apesar de não haver confirmação, autoridades estão considerando os recentes atos violentos, como a explosão de um carro-forte em Amambai e o ataque a uma empresa de transporte

de valores em Ciudad del Este.

O alerta, distribuído em grupos de WhatsApp entre policiais brasileiros e paraguaios, versa sobre o aliciamento de criminosos em cidades pequenas do país vizinho, para participação no roubo que deveria ocorrer nos próximos dias, ao estilo “novo cangaço”, que consiste em ato surpresa de ataque aos batalhões e delegacias, como forma de suprimir as forças de segurança, e também fechando ruas com carros incendiados e explodindo alvos. Ao todo são convocados de 100 a 150 homens, do mesmo jeito em que foi executado o roubo em Ciudad del Este, de onde foram levados R\$ 120 milhões.

Fonte: Correio do Estado

Por que estão acabando com nossos direitos?

Estudiosos apontam motivos para avalanche de retrocessos impostos à população e como reagir; desinformação e desinteresse levaram a sub-representação da sociedade no parlamento



A população está sentindo na pele o resultado das últimas eleições que compuseram o Congresso Nacional mais conservador e elitista desde a redemocratização do país. Em menos de um ano, deputados e senadores já aprovaram a Emenda Constitucional 55 – que congelará os investimentos públicos em saúde e educação pelos próximos 20 anos –, e a lei que legalizou a terceirização irrestrita de todas as atividades – esta última apreciada apenas pelos deputados, por ter sido ressuscitada de votação no Senado ainda na década de 1990.

Ainda estão em tramitação mudanças na legislação trabalhista e na Previdência, que, se aprovadas, resultarão em retirada de direitos para a população. Todas essas medidas foram ou estão sendo patrocinadas por Michel Temer, alçado ao poder com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff votado pelo mesmo Congresso Nacional que vem aprovando todos esses retrocessos contra a sociedade brasileira.

De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), cerca de 250 deputados e senadores representam os

interesses dos empresários. Já os trabalhadores contam com uma bancada de apenas 60 parlamentares. O Congresso é composto de 513 deputados e 81 senadores, totalizando 594 parlamentares.

Ocupando espaço

Especialistas enumeram uma série de fatores para essa composição extremamente desfavorável aos interesses dos trabalhadores, ou seja, da esmagadora maioria dos brasileiros. O analista político do Diap Alisson de Sá Ferreira destaca a percepção por parte do empresariado, da importância de ocupar os espaços de poder.

“Os empresários se deram conta de que é no Congresso Nacional que são discutidas questões macro do setor empresarial e a cada processo eleitoral tem lançado mais candidatos para disputar e influenciar políticas. Nós vivemos em uma República democrática participativa. Isso significa que alguém irá ocupar os locus de poder, seja para atender os interesses empresariais, seja para o atendimento das demandas sociais, que muitas vezes se chocam. Um exemplo é a reforma trabalhista. O movimento sindical e a sociedade como um todo estão contra, e os empresários querem sua aprovação o quanto antes.”

Toma lá dá cá

A professora doutora de ciência política da Universidade de Brasília (UnB), Flávia Tokarski, cita o custo elevado das campanhas políticas (entre R\$ 2 milhões e R\$ 5 milhões, segundo o Diap) como um dos motivos para a sub-representatividade dos trabalhadores.

“Para os interesses dos trabalhadores se traduzirem na formulação de políticas públicas há muitos obstáculos. Eles têm menos recursos para se organizar, enquanto os empresários têm mais facilidade de construir candidatos. O financiamento de campanha é uma aposta, um investimento que vai trazer maior lucratividade.

E faz com que os interesses dos empresários sejam multiplicados e os dos trabalhadores pouco representados.”

Desinteresse e desinformação

O desinteresse geral pela política é outro fator citado pelos especialistas. A imprensa hegemônica, que resume a discussão política à corrupção favorece esse desinteresse, que, por sua vez, beneficia o empresariado e sua pauta ao afastar o cidadão comum dessa discussão.

“Quem controla a grande mídia é o grande capital. Enquanto o cidadão agir como agente passivo bombardeado por quem pode pagar a propaganda, essa situação não vai se transformar”, opina o professor de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP Osvaldo Caggiola.

Para Tokarski há uma visão distante da agenda social coletiva por parte da mídia. “Se a democracia não serve para melhorar a vida das pessoas, para que ela serve? Direitos têm a ver com a vida real e não com o abstrato. Têm a ver com garantias ou com viver uma vida mais precária? Mas qual a narrativa da mídia? ‘Ah, é porque tem uma crise, as contas não se equilibram.’ Mas quanto do Orçamento vai para o pagamento de juros da dívida? Para onde vai esse dinheiro?”, questiona.

Conservadorismo e retirada de direitos

Na publicação Radiografia do Novo Congresso, o Diap ressalta, ainda, que o discurso de cunho moralista na gestão pública, na defesa da família e na negação das conquistas econômicas e sociais dos últimos anos resultou na composição mais conservadora do Congresso Nacional, após a redemocratização em 1985.

“A manipulação de dados e informações (...) Levou o eleitor desinformado – num ambiente de hostilidade às instituições e aos agentes públicos – a se identificar com os políticos populistas e messiânicos, que condenam “tudo

que está aí”, os salvadores da pátria, quando, na verdade, são os algozes das reivindicações por mais Estado e por mais direito. Faltou educação política”, afirma trecho do documento.

Participação é a saída

E o que fazer para reverter essa situação? Os três especialistas são unânimes: a solução passa pela participação de toda a sociedade no processo político e pela informação.

“É necessário acompanhar de perto atuação dos parlamentares através de canais como o Diap, o Dieese, a imprensa sindical, e também dos próprios portais de notícia da Câmara e do Senado e verificar se esses parlamentares merecem ou não ter a renovação do seu mandato. A partir desse conhecimento, participar efetivamente”, enfatiza Ferreira.

O assessor do Diap considera que é fundamental tirar do pensamento coletivo o sentimento negativo de não participação na política que está incrustado na sociedade “Não há outro mecanismo que não seja o da

representação sob pena de voltarmos à barbárie, a exemplo do rapaz que teve a testa tatuada: ‘eu vou resolver da maneira que eu acho certo porque o Estado não me atende’. A solução é através do debate, da ocupação dos espaços de poder de maneira representativa. Não votar é não participar. Não ser ouvido. Não ter voz.”

“Quando a sociedade não tem assento no parlamento, as paralisações são fundamentais”, afirma Tokarski. “Ações coletivas fora dos espaços institucionais historicamente são uma forma de fazer pressão”, acrescenta a professora da UNB.

“Os trabalhadores devem participar diretamente da política através de deliberações nos seus locais de trabalho, por meio de assembleias, não só a respeito da sua categoria, mas também da política geral do país”, opina Coggiola.

Fonte: Rede Brasil Atual



Trabalhadores tomam a avenida Paulista em manifestação contra a reforma da Previdência, em 15 de abril

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF